

Cabral espera fazer do monstrengo uma moça

Ele vai propor um substitutivo com cerca de 200 artigos e promete defendê-lo em plenário

"Espero que esse monstrengo dê lugar a uma bela moça, que será a futura Constituição", declarou ontem pela manhã, em entrevista, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, que voltou a defender a necessidade de "enxugar" o atual texto de 496 artigos para uma Carta com cerca de 200 dispositivos. Para isso espera contar com apoio do plenário.

Explicou ainda o parlamentar que o atual anteprojeto "tem coisas boas. É uma contribuição válida". Mas a maioria das contribuições ficará mais bem localizada em legislação ordinária ou complementar", explicou, antes de iniciar a defesa do enxugamento do texto até aqui aprovado.

Bernardo Cabral considerou encerrada "a primeira batalha. Vamos agora para a guerra" — observou. Ponderou que nos próximos trinta dias os 559 constituintes terão oportunidade para apresentar "emendas à vontade. Ou seja, emendas aditivas, supressivas e de mérito, o que não podia até agora". Lembrou que a partir de hoje, quando se inicia o prazo para a apresentação de propostas pelos parlamentares, a Constituinte passa também a receber as propostas populares. São as emendas subscritas por trinta mil eleitores, apoiada por três entidades que serão encaminhadas à Comissão de Sistematização. Neste órgão, elas serão colocadas em discussão e, caso obtenham o apoio de pelo menos um parlamentar, poderão ser colocadas em votação.

Nos dez dias subsequentes ao período de trinta dias para o encaminhamento através do plenário da Constituinte de emendas, o relator se debruçará sobre as propostas entregues e decidirá se a elas dará parecer ou, o que é mais provável, se elaborará substitutivo. "A partir de então é que o anteprojeto passará a se chamar projeto Bernardo Cabral", explicou o deputado amazonense. Cabral fez questão de destacar que na segunda fase de trabalhos da Comissão, "o relator, pelo regi-



mento interno, pode tudo. Pode levar um novo texto, aproveitar outro. Pode, enfim, tirar a média de tudo aquilo que ouviu, assimilou e escutou pais afora. Portanto, eu já sei mais ou menos, hoje, o que a sociedade deseja".

LIMITES

O deputado afirmou que tem plena consciência dos poderes que possui como relator da Comissão de Sistematização. "Eu posso imprimir meu pensamento no trabalho até o limite do razoável, do realista. No momento em que for apresentar o substitutivo, o relator terá em mente o que a grande maioria do plenário apresentou, além das emendas populares e, é claro, da realidade brasileira", afirmou.

Para Bernardo Cabral, 90 por cento dos temas propostos no projeto de Constituição poderão ser resolvidos através de acordos e conciliação. Dez por cento, entretanto, terão decisão no voto. "São os temas polêmicos, como a reforma agrária, a

anistia e a estabilidade no emprego", apontou.

"Espero no meu substitutivo retirar tudo o que seja lei ordinária ou complementar", explicou. Mas nesse trabalho, ao contrário do realizado antes, ele não pretende nomear relatores adjuntos e auxiliares, para evitar "ciúmes". "Agora o trabalho vai ser feito pelo relator mesmo".

IDEOLOGIA

Reconhecendo que o conteúdo do projeto de Constituição que chegará ao plenário da Constituinte esta semana se resume em um documento complexo, extenso, inconsistente, cheio de superlativos, desvios e sem o fio condutor ideológico, o relator da Comissão de Sistematização revelou ontem que, inevitavelmente, irá concluir pela elaboração de um projeto substitutivo a ser apresentado em agosto. Este trabalho, segundo Cabral, será inspirado nas emendas de plenário, com especial atenção às propostas populares, dentre elas a

que pede a Reforma Agrária, que deverá despear no plenário cerca de 2 milhões de assinaturas.

Irritado com a identificação do atual projeto como de sua autoria, Bernardo Cabral reclamou, no encaminhamento do relatório ao plenário, que as regras regimentais que balizaram suas ações na compatibilização das propostas aprovadas nas 8 comissões temáticas, cercaram a liberdade de iniciativa do relator. Agora, pretende lançar mão da prerrogativa exclusiva de elaborar o seu substitutivo, na tentativa de melhorar o projeto que aí está.

— Ai sim, este será trabalho de minha lavra, cuja defesa terei de assumir, de um lado, sem o mais leve constrangimento e, de outro, sem qualquer resistência às críticas e contribuições construtivas — declarou o deputado, reafirmando sua disposição de negociar com todos os setores no tocante aos pontos polêmicos, desde a direita "capiteada pelo deputado Roberto Cardoso Alves", até os grupos de esquerda representados na Constituinte.

SOCIEDADE

A previsão do relator da Sistematização é de que nesta fase dos trabalhos na Constituinte, cerca de 30 a 40 mil emendas sejam apresentadas, já que só na parte de compatibilização, sem entrar no mérito, quase 6 mil propostas foram encaminhadas à Sistematização. Por isso mesmo, ele considera que nos próximos 40 dias se transformarão no momento mais frutuoso dos trabalhos constitucionais, com a apresentação de emendas que traduzam os anseios da sociedade, sendo que a elas se somarão as emendas populares, "verdadeira manifestação das aspirações da cidadania".

Com a discussão do projeto no plenário da Constituinte nos próximos 40 dias, a Comissão de Sistematização só deverá se reunir às terças, quartas e quintas-feiras para apreciar projetos de decisão que porventura venham a ser encaminhados. Ou extraordinariamente se surgir pontos polêmicos cuja definição seja competência exclusiva da Comissão.

GIVALDO BARBOSA



Afonso Arinos (D) encerra a sessão e sai. Aluizio Campos (E) tenta prosseguir a reunião

SISTEMATIZAÇÃO

Briga interrompe sessão e decisões ficam adiadas

"Aí embaixo só tem maluco". A observação de um segurança das galerias do plenário da Constituinte, ontem à tarde, ao final da sessão da Comissão de Sistematização, não era exagero. O segurança acabara de assistir perplexo a uma sucessão de cenas onde aconteceu de tudo, desde ameaça de briga corporal entre dois constituintes até a tentativa, pelo vice-presidente Aluizio Campos (PMDB-PE), de continuar presidindo uma sessão que acabara de ser encerrada pelo presidente Afonso Arinos.

A sessão, convocada para a votação do projeto de decisão do senador Iram Saraiva (PMDB-GO), que torna obrigatória a transmissão pela televisão e rádio das votações nominais realizadas no plenário da Constituinte, acabou sendo toda gasta na discussão da validade ou não da sessão anterior. Realizada na tarde de sábado, esta sessão havia aprovado, por maioria simples, o projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), que veda a conversão da dívida externa em capital de risco.

A sessão de ontem à tarde foi aberta às 16h15 pelo presidente Afonso Arinos, com 27 deputados presentes em plenário. O primeiro a ocupar a tribuna, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), protestou contra a "forma estranha" como havia sido incluída a votação do projeto do deputado Paulo Ramos na sessão de sábado, "exclusivamente convocada para a votação do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral".

Estava dada a senha para o início de uma longa e tumultuada discussão, com os deputados defensores e contrários ao projeto de Paulo Ramos alternando-se na tribuna para se acusarem mutuamente. Os segundos diziam que os defensores do projeto não queriam respeitar os regimentos internos da Constituinte. Os primeiros acusavam Carlos Sant'Anna e seus seguidores de traírem os interesses nacionais com a des-

culpa de defender um "regimento autoritário".

Durante cerca de uma hora, os constituintes limitaram-se às acusações verbais. A situação agravou-se quando Paulo Ramos pediu um aparte ao senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) e o deputado José Lourenço (PFL-BA) gritou da cadeira onde estava sentado: "Não dá aparte não".

Paulo Ramos respondeu no microfone que o deputado José Lourenço não queria que lhe concedessem o aparte porque havia nascido em Portugal e não se interessava pelos problemas brasileiros. José Lourenço reagiu com um palavrão e o deputado Lysaneas Maciel (PDT-RJ) partiu para cima dele. Lysaneas e José Lourenço só não se atracaram em plenário porque o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), sentado entre os dois, levantou-se a tempo de evitar a briga.

Serenados os ânimos, o eixo da discussão deixou de ser o projeto votado na sessão anterior e passou para a cidadania do deputado José Lourenço. A sessão ainda durou mais alguns minutos, até o que senador Afonso Arinos tomou a palavra e, bem-humorado, disse que teria de sair logo mais para buscar seu filho no aeroporto.

— Vou dizer uma coisa muito veladamente, que a imprensa não pode saber, que ninguém pode saber: vou esperar o meu filho que está chegando — disse Arinos. Antes de sair, ele informou aos constituintes que enviaria todas as questões levantadas naquela sessão ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e pediu aos parlamentares presentes que superassem as discussões estereótipas para entrar no "debate constitucional autêntico".

Muito aplaudido, Afonso Arinos declarou encerrada a sessão e saiu, esvaziando o plenário. Ato contínuo, porém, para a surpresa de todos, o vice-presidente Aluizio Campos assumiu a presidência e tentou encaminhar a votação do projeto do senador Iram Saraiva.

— Esta sessão está encerrada, é uma fraude e é ilegal — protestou o deputado Ademir Andrade (PMDB-PA). Aluizio Campos argumentou que Afonso Arinos havia encerrado a sessão mas pediu antes de sair que ele continuasse.

Eram 17h20 e a esta altura os dois discutiam num plenário vazio. Aluizio Campos decidiu, então, manter o encerramento da sessão e convocar uma sessão extraordinária para as 17h50. Neste horário, com apenas 10 constituintes presentes, Aluizio Campos só teve o trabalho de abrir a sessão, constatar a falta de quorum e encerrá-la.

Depois de presidir durante quase duas horas uma sessão em que a discussão do projeto que deveria ser votado sequer foi iniciada, Afonso Arinos fez o seu desabafo: "Não é o momento de prosseguir neste debate estéril. Apelo para esta comissão, que é a grande comissão da Constituinte, que supere esta discussão e inicie o debate constitucional autêntico que o País espera de nós".

Afonso Arinos disse que viveu "os terríveis momentos do massacre pela ideologia tanto do poder quanto da oposição" e alertou os constituintes para a importância de seu papel. Após presenciar a ameaça de uma briga entre os deputados José Lourenço (PFL-BA) e Lysaneas Maciel (PDT-RJ) durante a sessão que presidia, Arinos lembrou que sua missão, "extremamente delicada", é manter o equilíbrio das sessões, "hoje um pouquinho alterado".

Uma das poucas vezes que ainda consegue silêncio e atenção absolutos dos constituintes, Arinos foi muito aplaudido por suas afirmações. Ele preferiu não se pronunciar sobre a principal questão levantada durante a sessão de ontem — se o projeto do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) poderia ou não ter sido aprovado com maioria simples — e afirmou que enviaria todo o material para ser analisado pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Amanhã, nova fase de emendas

Com o início da discussão do projeto em plenário, amanhã às 14h30, começará a correr o prazo de 30 dias para que os constituintes apresentem emendas que visem a modificá-lo. Durante os 40 dias que a matéria vai permanecer em plenário para ser discutida (até 23 de agosto), haverá sessões aos sábados, domingos e feriados e dias em que poderão ser realizadas até três sessões diárias.

As emendas poderão ser apresentadas até 13 de agosto. Inclusive aquelas de iniciativa popular, acompanhadas de no mínimo 30 mil assinaturas de eleitores devidamente identificados. De acordo com a expectativa dos assessores da Assembleia, entre 30 mil e 40 mil emendas deverão ser apresentadas nesta fase.

Os dois dias seguintes são reservados à publicação e à distribuição dos avisos, e 24 horas depois — no dia 20 de setembro — começará a votação, em primeiro turno, pelo plenário, do projeto já acrescido das emendas aprovadas na Comissão. Não há prazo para esta votação, mas um experiente funcionário do Congresso estima que se houver um acordo entre os partidos, ela será feita em quinze dias. Caso contrário, segundo ele, "é imprevisível".

Estes prazos, definidos em um fluxograma, poderão ser alterados. Há uma ideia de o período de discussão em plenário ser limitado a trinta dias, para que a Comissão de Sistematização ganhe dez dias e possa trabalhar com mais folga.

As fases seguintes da Constituinte, ainda sem data prevista, são as seguintes: a Comissão de Sistematização terá 10 dias para elaborar a redação para o segundo turno, e em dois dias o projeto será incluído no Ordem do Dia, para discussão, ficando em plenário durante quinze dias.

Terminada a votação, o anteprojeto voltará para a Comissão, para a redação final, que deverá estar concluída em 5 dias. Dois dias serão destinados para inclusão da Redação Final no Ordem do Dia e publicação e mais dois dias para a Comissão de Sistematização, emitir parecer sobre eventuais emendas.

A votação da redação final, em turno único, será feita em um dia.

Aprovada, a nova Constituição, ela será promulgada em sessão solene. O texto será assinado pelos membros da Mesa, os relatores e o deputado Ulysses Guimarães declarará então dissolvida a Assembleia Nacional Constituinte.

Os dois dias seguintes são reservados à publicação e à distribuição dos avisos, e 24 horas depois — no dia 20 de setembro — começará a votação, em primeiro turno, pelo plenário, do projeto já acrescido das emendas aprovadas na Comissão. Não há prazo para esta votação, mas um experiente funcionário do Congresso estima que se houver um acordo entre os partidos, ela será feita em quinze dias. Caso contrário, segundo ele, "é imprevisível".

Estes prazos, definidos em um fluxograma, poderão ser alterados. Há uma ideia de o período de discussão em plenário ser limitado a trinta dias, para que a Comissão de Sistematização ganhe dez dias e possa trabalhar com mais folga.

As fases seguintes da Constituinte, ainda sem data prevista, são as seguintes: a Comissão de Sistematização terá 10 dias para

OS PRÓXIMOS PASSOS DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

| | | |
|------|---|---|
| 15/7 | Início do prazo para emendas de plenário e das discussões | Durante 30 dias, os constituintes e as associações de classe e profissionais poderão encaminhar propostas alterando o texto |
| 13/8 | Fim do prazo para emendas de plenário | As emendas encaminhadas já terão sido entregues ao relator, que estará trabalhando no texto do substitutivo que apresentará à Sistematização |
| 23/8 | Fim da discussão do projeto em plenário | O projeto e as emendas retornam à Comissão de Sistematização, onde serão apreciados em prazo não superior a 25 dias. |
| 24/8 | Início do prazo na Comissão de Sistematização | Nesta fase, que vai até o dia 17 de setembro, relator apresenta o substitutivo, que será votado pela Sistematização. |
| 17/9 | Término da votação pela Sistematização | Serão votados o projeto e as emendas. Com votos de 47 dos 93 integrantes da Sistematização será definido o conteúdo do projeto que vai a plenário |
| 19/9 | Publicação dos avulsos do substitutivo | O projeto, na forma aprovada pela Comissão, é impresso e distribuído para conhecimento dos constituintes. |
| 20/9 | Início da votação em 1º turno pelo plenário | Para modificar o projeto, serão necessários os votos de 280 constituintes. Não há prazo rígido. |

Fala de Leônidas não incomoda

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, recebeu com naturalidade as declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires, sobre a sua decisão de não pagar o soldo dos militares punidos em 64 que venham a ser reintegrados pela anistia a ser concedida pela Constituinte. "Vejo como algo muito natural, porque nós também estamos interferindo no Ministério do Exército. Isto é próprio do regime democrático", comentou o relator.

que ia telefonar para o Ministro para confirmar as declarações. "Não acredito que ele descumpra uma decisão da Constituinte", afirmou aos repórteres. Porém, quando alguém questionou se a declaração do Ministro não teria caracterizado uma intervenção indevida na Constituinte, Bernardo Cabral preferiu uma resposta bem humorada: — O que entendo é que ele não vai pagar o soldo porque quem vai pagar é o Ministério da Fazenda. Em seguida, já às gargalhadas, disse que é natural a inter-

ferência do Ministro. Mas a maioria dos constituintes que se pronunciou sobre o assunto crítico as declarações de Leônidas Pires. O mais indignado era o deputado Lisaneas Maciel (PDT/RJ), autor de um projeto de decisão que impede os ministros militares de se pronunciarem sobre temas constitucionais.

Carta ficará pronta em 87

Rio — "A Constituição estará pronta em 31 de dezembro de 1987". A afirmação foi feita, ontem, pelo 1º Secretário da mesa da Assembleia Nacional Constituinte, deputado federal Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), descartando a possibilidade da promulgação da nova Carta ocorrer no próximo ano, conforme desejo de alguns parlamentares que consideram exíguos os prazos fixados para a futura do texto.

TV não transmitirá votação

As votações nominais a serem realizadas no plenário da Assembleia Nacional Constituinte a partir do dia 20 de setembro não serão mais transmitidas ao vivo, pela televisão e pelo rádio. O Projeto de Decisão nº 5, que estabelecia essa medida, foi prejudicado ontem a partir de discussão levantada pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), em relação ao Projeto de Decisão nº 4, já aprovado pela Comissão de Sistematização na sessão de sábado, por 43 votos contra 5.

Por mais de duas horas, a sessão que se destinava a votar o Projeto de Decisão nº 5, de autoria do senador Iram Saraiva (PMDB-GO), se transformou em uma sucessão de questões de ordem. Vários oradores defenderam ou apoiaram a sessão extraordinária convocada sábado pelo deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), presidindo os trabalhos de votação do Projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral. Neste dia, acabou aprovado o Projeto de Decisão nº 4, vedando a conversão da dívida externa em capital de risco.

As votações nominais a serem realizadas no plenário da Assembleia Nacional Constituinte a partir do dia 20 de setembro não serão mais transmitidas ao vivo, pela televisão e pelo rádio. O Projeto de Decisão nº 5, que estabelecia essa medida, foi prejudicado ontem a partir de discussão levantada pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), em relação ao Projeto de Decisão nº 4, já aprovado pela Comissão de Sistematização na sessão de sábado, por 43 votos contra 5.

Por mais de duas horas, a sessão que se destinava a votar o Projeto de Decisão nº 5, de autoria do senador Iram Saraiva (PMDB-GO), se transformou em uma sucessão de questões de ordem. Vários oradores defenderam ou apoiaram a sessão extraordinária convocada sábado pelo deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), presidindo os trabalhos de votação do Projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral. Neste dia, acabou aprovado o Projeto de Decisão nº 4, vedando a conversão da dívida externa em capital de risco.

o resultado favorável obtido pelo Projeto de Decisão nº 4. Sant'Anna questionou a Mesa sobre o que considera "privilegios que o Regimento concede ao projeto de decisão" que em relação ao quorum para sua aprovação "igualou este dispositivo às matérias constitucionais".

Sant'Anna recorreu aos artigos 21 (parágrafo 2º), 33 e 59 (parágrafo 7º) e concluiu pedindo à Mesa a reconsideração do resultado. "O projeto de Decisão nº 4 deve ser rejeitado, pois seria preciso maioria absoluta de votos para sua aprovação, ou seja, 47 constituintes presentes, e todos sabem que, ao final da sessão da Comissão de Sistematização, que antecedeu a sessão extraordinária para votação desta matéria, o plenário estava esvaziado", lembrou o presidente Afonso Arinos.

A segunda colocação de Carlos Sant'Anna foi quanto "à forma estranha de convocar a sessão extraordinária". Desta vez ele recorreu ao parágrafo 3º do artigo 17 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização, que não prevê a realização de reuniões, para apreciação de projetos de decisão, aos sábados, domingos e feriados.

O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), autor do Projeto nº 4, contradições Sant'Anna lembrando ao líder do Governo que ele promoveu esta discussão porque se ausentou da sessão de sábado e não pôde "fazer sua conspiração articular para forçar um resultado na vota-